

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## AS FRONTEIRAS MÓVEIS DA AMAZÔNIA MARANHENSE

Irisnete Santos de Melo  
Doutoranda do PPGH-UFPI e professora do IFMA – Campus Timon  
[irisnete.melo@ifma.edu.br](mailto:irisnete.melo@ifma.edu.br)

### RESUMO

O trabalho que ora apresento pretende problematizar o processo de ocupação recente da Amazônia maranhense entre as décadas de 1960, 1970, e 1980. Nesse recorte temporal, a Amazônia maranhense ganhou destaque no cenário nacional ao se constituir em fronteira agrícola e, como tal, passou a ser alvo de interesse e de disputa dos grandes projetos de desenvolvimento. Sabe-se que durante a vigência do regime civil-militar (1964 a 1985), apropriar-se do espaço amazônico e integrá-lo às áreas mais desenvolvidas do país por meio da intervenção de um novo aparato político e econômico foi um dos pilares do regime. Nesse sentido, é preciso investigar o tecido sobre o qual se forjou a Amazônia maranhense através da análise dos regimes de verdade, que reinventam a natureza, que orientam e direcionam os deslocamentos sociais, que estimulam as políticas governamentais e, também, nas diferentes territorialidades constituídas nas relações entre os diversos grupos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia Maranhense; migração interna; grandes projetos;

### Introdução: O espaço amazônico e algumas implicações teóricas

Cartografar a chamada Amazônia é um ato insurgente que exige o esforço de redimensionar a paisagem e os diferentes planos temporais, territoriais e culturais que teimam em se embaralhar. Implica pensar como essa metáfora espacial surge como fruto das disputas de poder.

Nas palavras de Michael de Certeau (1994, p.212) “região” é um espaço de interação, pois “num mesmo lugar, há tantas regiões quantas interações ou encontros entre programas”, pois “a determinação de um espaço é dual e operacional” e envolve “uma problemática de enunciação”. Por isso, no âmbito das várias estratégias discursivas, o espaço amazônico configura-se em um imenso arquivo de imagens e textos que atuam como esquemas interpretativos usualmente acionados para explicá-lo.

No imaginário social brasileiro a Amazônia é apresentada através de várias estratégias narrativas seja pela lógica utilitária que revestiu a produção de uma diversidade de saberes (científico, teológico e político) e impulsionou os chamados naturalistas, botânicos, missionários, cronistas, intelectuais e grupos políticos a engendram nomeações e classificações que tomam como referência o reino da natureza (ALMEIDA, 2008); seja por uma extensa lista de dicotomias – a abundância de recursos naturais/vazio demográfico, civilização/atraso, homem/natureza, que são postas em circulação e apropriadas pelas diferentes narrativas que contam sua história.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No interior dessa rede discursiva que institui enquadramentos e mapeamentos simbólicos que produziram visões sobre a Amazônia, sigo a trilha imaginária e legal do que se denominou de Amazônia Legal. Dispositivo criado através do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e da coordenação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) (Lei nº1806 de 06/01/1953). A ampliação dos limites territoriais - com a inserção do Norte do Goiás (atual Tocantins), o Mato Grosso e o Oeste do Maranhão – e a ênfase no desenvolvimento econômico, através de ações que promovessem a integração dessa espacialidade ao restante do Brasil pautaram as formas de intervenção do poder público.

Nesse trabalho, a proposta é lançar o olhar para o período que se instalou no Brasil entre 1964-1985, marcado pelo acirramento do processo de desterritorialização e reterritorialização dos espaços amazônicos por uma diversidade de sujeitos, e pelos investimentos de políticas governamentais com foco na reestruturação de órgãos federais de planejamento, abertura de eixos rodoviários, incentivos fiscais, programas de desenvolvimento agropecuário e agro mineral, projetos de colonização e à implantação dos grandes projetos.

Dito isso, convém mencionar que o dispositivo Amazônia Legal ao reinventar geograficamente e politicamente a *região* insere juridicamente o Maranhão na complexa cartografia amazônica. Por meio desse dispositivo legal o território maranhense (o oeste do meridiano 44º) foi incluído quase em toda sua extensão, extrapolando os limites geográficos do bioma amazônico e adentrando as áreas de cerrado (Ver mapas 01 e 02). Isso sugere que na textura sobre o qual se delineia o novo traçado espacial os embates políticos se sobrepuseram aos limites étnicos, demográficos, técnicos, climáticos, de vegetação e os diversificados ecossistemas e biomas (RODRIGUES, 2016, p.48 e 49).

Nessa perspectiva, ao focalizar a região amazônica, seleciono a Amazônia maranhense, de modo especial o território definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como a Mesoregião Oeste (subdividida em três microrregiões: Gurupi, Pindaré e Imperatriz) e procuro sondar como foi se delineando um mapa de sentidos e enunciados que instituem a(s) ideia(s) de Amazônia maranhense em meio as lutas materiais e simbólicas, em um cenário de disputas no qual se agenciam memórias, identidades e territorialidades.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ao propor o estudo de uma temática complexa e urgente na cena pública contemporânea, procuro estabelecer um diálogo com os estudos e análises do filósofo Michael Foucault (1999, p.28-29) que nos convida a pensar numa perspectiva relacional as articulações entre poder e saber, uma vez que “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade”. Bem como, problematiza noções como região, território, nação e lugar, e as insere, no que chama de “administração do saber”, já que são operacionalizadas nas “relações de poder que passam pelo saber”. Desse modo, entende que a produção de fronteiras, de identidades espaciais e dos grupos é construída no campo das relações simbólicas de força (FOUCAULT, 1979, p.153-165).

Dito isso, torna-se imprescindível redefinir categorias e conceitos que naturalizam classificações, formalizações e delimitações sobre a Amazônia. Conforme Albuquerque Jr (2014, 2008, p.104): “Os espaços seriam cartografados, segmentados, divididos, ordenados, organizados, discriminados, privilegiados, sacralizados, marcados, excluídos, a partir de diagramas de forças que atravessam o social, das lutas e conflitos de diferentes naturezas, que são constitutivas da história”. Trata-se de lançar luz sobre os dispositivos de poder que engendram classificações espaciais e estabelecem direções, sentidos, mapeamentos, estereótipos.

## 2. Configurando a Amazônia Maranhense

Ao focar o território do Maranhão é preciso reconhecer que vários percursos se cruzam, pois é necessário observar à polissêmica rede de saberes que arquiteta um aporte de memórias, que conferem sentidos a paisagem, aos modos de ser e de agir. Tecendo enunciados e imagens que, simultaneamente, se dilatam e se metamorfoseiam em um sem-número de significações que se chocam e concorrem pelo poder de demarcação e fixação da(s) identidade(s) espacial(is).

Em 1916, Raimundo Lopes publicou *O torrão maranhense*, obra de referência para os estudos regionais pela originalidade com que produziu uma *síntese geográfica* das *regiões* ou *zonas* que constituíam o espaço maranhense (MARTINS, 2006, p.70-71).

No conjunto das grandes regiões brasileiras, o Maranhão faz parte da complexa transição entre o extremo norte (a Amazônia) e o Nordeste, entre a baixada e o planalto, sob o ponto de vista do relevo, como entre a mata e o sertão sob o ponto de vista da flora. Mas estaria permanentemente iludido quem quisesse atribuir à tão vasta região uma uniformidade que seria simplesmente fictícia (LOPES, 1970, p.111).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Pautado na ideia de singularidade, Lopes centra fôlego sobre a variedade dos aspectos geográficos e a natureza fronteira do Maranhão, e o situa em uma zona de transição entre o Norte e o Nordeste, o chamado “Meio norte”, *região* situada entre o sertão e a Amazônia.

Na batalha pelas identidades espaciais e pela redefinição das fronteiras que marcou todo o século XX, o Maranhão ocupou posições diferentes nas classificações feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1940 ele integrava a região Norte juntamente com território do Acre, o Pará, Amazonas e o Piauí; em 1947, passa a fazer parte de um novo recorte espacial região Nordeste Ocidental e, em 1950 e 1970 passa a fazer parte do Nordeste (FERREIRA, 2008, p.64-68).

No Boletim Geográfico de 1967 o geógrafo Manuel Correia de Andrade ao apresentar “as condições naturais do Nordeste” situa o espaço maranhense na sub-região Meio Norte e discorre sobre suas riquezas naturais: hidrografia crucial para o transporte, o clima de monções de feições amazônicas entre o rio Grajaú e o Gurupi, floresta com árvores de grande porte na parte ocidental, semelhante a *hiléia* amazônica e grandes áreas de cerrado. Em *Paisagens e Problemas do Brasil* de 1968, Andrade reforça a discussão em torno da defesa de uma “área de transição entre a Amazônia, o Brasil Central e o Nordeste.” Esclarece o autor que “O Conselho de geografia que considerava essa região como nordestina, hoje já admite extraoficialmente que o Maranhão e o Piauí são regiões geográficas autônomas,” sendo a paisagem maranhense na sua maior parte amazônica (até o meridiano 44°) entre os rios Itapecuru (Norte) e Parnaíba (Sul) (ANDRADE, 1969, p.65-66).

Ainda na perspectiva geográfica, José Ribamar Trovão (1989) também direciona seu ângulo de observação para a faceta mais fronteira do espaço maranhense. Destaca o embate que se travou entre os anos 1960 e 1970 a despeito da conceituação desse estado como área de transição ou nordestina. E sai na defesa de sua feição amazônica: “realmente, o Maranhão não é nordestino. A maior parte do Estado apresenta características tipicamente amazônicas”. Em sua perspectiva, a paisagem fisicamente amazônica (relevo, hidrografia e clima) ia se espraiando “do centro ao oeste” em meio a abertura dos vales do rio Tocantins e Gurupi, sobressaindo-se a representação da floresta tropical, terra virgem; e a paisagem nordestina era, sobretudo, humana (hábitos, costumes,

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

alimentação, linguagem, arquitetura (rural), traçado urbano dos povoados), herança da migração nordestina (TROVÃO, 1989, p. 24-26).

Em 1953 o estado do Maranhão já tinha sido legalmente incorporado a região amazônica através da criação da Amazônia Legal). Por meio desse dispositivo legal esse território (o oeste do meridiano 44º) foi incluído quase em toda sua extensão, extrapolando os limites geográficos do bioma amazônico e adentrando as áreas de cerrado (Ver figura 02). Isso sugere que na textura sobre o qual se delineia o novo traçado espacial os embates políticos se sobrepuseram aos limites étnicos, demográficos, técnicos, climáticos, de vegetação e os diversificados ecossistemas e biomas (RODRIGUES, 2016, p.48 e 49).

Assim, no esforço de construção de uma cartografia da Amazônia maranhense engendra-se uma série de enfrentamentos que de meados do século XX até hoje vem sendo travado sob a mira de grupos políticos que passam a interferir e demarcar novas fronteiras internas com base em interesses estratégicos. Se tomarmos o contexto político nacional-desenvolvimentista no qual foi instituído o dispositivo Amazônia Legal, a entrada do Maranhão lhe conferiu a vantagem de receber os incentivos fiscais tanto da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) quanto da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e, conseqüentemente, acessar os recursos dos fundos de financiamentos da Amazônia e do Nordeste.

As produções discursivas (oficiais, jornalísticas, memorialistas, acadêmicas, literárias) que se encarregam de instituir a identidade espacial dessa parte do Maranhão elaboram cartografias referenciais que se chocam, exemplo disso é o uso das categorias “pré-amazônia” e “Amazônia”.

Em *Amazônia Maranhense: Diversidade e Conservação* uma coletânea de textos publicado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi um grupo de pesquisadores reuniram esforços para apresentar e problematizar o inventário da biodiversidade e da conservação do bioma amazônico no Maranhão, com ênfase na Reserva Biológica do Gurupi<sup>1</sup> – única unidade de conservação de

---

<sup>1</sup> A Reserva Florestal de Gurupi foi criada em 1961 durante o governo de Jânio Quadros, correspondia a uma área de mais de um milhão e seiscentos mil hectares, sendo a maior parte desse território habitado por povos indígenas. A criação de um novo Código Florestal em 1965 não contemplou essa categoria de área protegida, deixando a reserva florestal numa espécie de vazio jurídico. Além disso, o regime militar, por ter adotado uma política de integração territorial, e, no caso específico da região, como forma de combate à guerrilha do Araguaia, promoveu intensa emissão de títulos de propriedade, sem respeitar os limites da Reserva Florestal do Gurupi. Em 1988, durante a presidência de José Sarney, o Decreto nº 95.614, de 12

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

floresta Amazônica de uso indireto do Estado. Para esses pesquisadores a necessidade de mapear o território em questão vem da necessidade de publicizar informações sobre um espaço ainda desconhecido e pouco valorizado. Essa é a parte da Amazônia Legal “com o menor grau de ocupação do espaço com áreas protegidas, alto grau de desmatamento e fragmentação florestal e um dos menores índices de desenvolvimento humano” (MARTINS, 2011). Além disso, os autores questionam a confusa disputa entre o uso dos referentes pré-amazônia e Amazônia para definir a parte maranhense, para eles a adoção do termo pré-Amazônia não tem fundamentação científica (geográfica e biológica), mas passou a ser adotado na década de 1980 por grupos com interesses políticos-econômicos diversos. Entretanto, em consulta a produção documental e acadêmica o termo “pré-amazônia” aparece em diversas narrativas e temporalidades distintas.

O fato é que a Amazônia maranhense tem sua história narrada a partir de uma memória oficial que produz regimes de enunciados que trazem em suas capilaridades o esforço de ajustar as demarcações, onde a luta não se reduz apenas a preservação da hegemonia territorial e político-econômica, mas também pelos fundamentos históricos e culturais que sustentam a defesa da tradição, da família e da propriedade.

Para efeitos de periodização e clivagem estabeleço três recortes temporais: o primeiro toma como ponto de partida a construção da rodovia Belém-Brasília na década de 1960 e o deslocamento de trabalhadores para as frentes de trabalho abertas nas áreas de floresta e dos começos e recomeços das novas e velhas cidades que surgiram em suas margens; o segundo, nos anos 1970, em meio à reestruturação do mercado de terras imposta a partir da Lei Estadual de Terras (1969) e a política de colonização que mobilizou um movimento indescritível de novos agentes sociais para as áreas da Amazônia; e, por último, na década de 1980, através do Projeto Grande Carajás (1985).

## **2.1 A “Belém-Brasília”: narrativas do progresso**

Pela ótica dos planejadores o projeto de integração e de desenvolvimento exigia a criação de grades trajetos rodoviários que ligassem a Amazônia a outras regiões brasileiras. Esse é o caso da BR-14 – popularmente conhecida como “Belém-Brasília” ou Transbrasiliana a “rodovia da integração nacional”. Planejada e executada ainda durante

---

de janeiro de 1988, criou a Rebio do Gurupi que estabelecia como limites os municípios Bom Jardim, Centro Novo do Maranhão e São João do Carú (MARTINS, 2011, p.5-26)

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961), posto que juntamente com a construção de Brasília e de um “cruzeiro rodoviário” (composto pelas rodovias Acre/Brasília, Fortaleza/Brasília, Belo Horizonte/Brasília e Goiânia/Brasília) foram os pilares do projeto de interiorização e integração nacional.

No Maranhão, o trecho da “Belém-Brasília” que corta os municípios de Estreito, Porto Franco, Montes Altos, Imperatriz e Açailândia é a BR-010 e/ou Rodovia Bernardo Sayao. A implantação desse eixo viário ocupa lugar de destaque nas narrativas que (re)criam as identidades espaciais dos novos e velhos centros urbanos, ao se constituir em referência coletiva identificadora do “progresso e modernização” dessa parte do Estado.

É o caso de Imperatriz, localizada na microregião Oeste do Maranhão e nos limites com o Pará e Tocantins. A segunda maior cidade do Estado já amargou títulos pouco lisonjeiros. Carlota Carvalho (2000, p.166-167.) a desenhou com profunda acidez “Fisionomia triste, sorumbática, mau grado a amabilidade dos habitantes, em geral corteses, prestimosos, hospitaleiros, bons amigos embora sempre doentes porque a sezão é endêmica e as hipertrofiando fígado e baço sequenciais inevitáveis.” Para Adalberto Franklin (2005, p 70), foi a ausência de estradas o elemento determinante para o isolamento que a caracterizou até a segunda metade do século XX. Vale destacar que até meados do século XX eram as estradas fluviais que conectavam sujeitos e possibilitavam as trocas comerciais dessa parte do Maranhão. Era em torno do rio Tocantins (com trechos de difícil navegação) que se delimitava seu traçado e o trânsito de sujeitos e de produtos. Nesse sentido, a “Belém-Brasília” foi festejada por seus moradores, pois trazia uma atmosfera de modernidade.

Inverno de 1958. Chega um avião da Cruzeiro do Sul. Tinha a finalidade de fotografar a mata virgem rumo norte. Logo depois engenheiros e construtores desembarcam e instalam um escritório. A grande nova espalha-se: Uma estrada de rodagem vai ser construída. Caminhões, Jeeps e máquinas nunca vistas iam chegando. O povo alvoroçado procura ver tudo, saber de tudo. Há um clima geral de euforia. Os trabalhos se iniciam mostrando desde o começo as grandes dificuldades a vencer. Jovens corajosos ajudam os topógrafos na abertura dos “piques”. Atrás, turmas e turmas de trabalhadores vão vencendo a mata. Os aviões da FAB, inclusive helicópteros, dão ampla e contínua cobertura aos trabalhos; graças a eles a sobrevivência dos homens é mantida (BARROS, 1972, p.127).

Narrativa fundante da história de Imperatriz, *Eu, Imperatriz* (1972) tece um rico painel de imagens, textualidades, memórias e discursos, no qual a cidade fulgura como personagem principal. Filha da terra, Edelvira Barros pertencia a uma família tradicional

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(pai intelectual e político) e foi figura importante no cenário político e cultural da região, tendo publicados outros livros relevantes para a historiografia regional. O forte conteúdo simbólico de seu relato produz um lugar social que aglutina as diversificadas fronteiras físicas, culturais e imaginárias de um Brasil profundo, distante e no qual a natureza impõe respeito. No trecho em destaque, o tempo das construções, materializado na implantação da rodovia, rompe com o tempo da natureza “das grandes dificuldades a vencer”. Para ela, “o esforço de guerra” que marcou os enfrentamentos da comitiva reforça o caráter aventureiro e desbravador dos trabalhadores e das máquinas na derrubada da floresta, vista como o inimigo a ser abatido. No esforço de construir a memória histórica da região destaca a importância dessa rodovia: “ela foi um marco, o mais indelével marco da história de Imperatriz, que era antes dela e outra inteiramente diferente depois de sua construção, tráfego e colonização” (BARROS, 1996. p.119).

Na luta pelo processo de instituição da identidade regional os relatos memorialísticos fazem emergir novas temporalidades e novos espaços de enunciação. E produzem relatos enriquecidos por histórias de heroísmo, pelo abandono e isolamento do território, pelo convívio entre diferentes culturas, pelas migrações, pelas adversidades, pela longa espera que forjam a memória das novas e velhas cidades. A memória oficial ao produzir representações sobre essa parte do Maranhão, em geral, o alicerça sob o discurso de singularidades que balizam a memória, a história e a tradição, devendo ser perscrutado como marco fundador da história dessa espacialidade.

Diversas narrativas (jornalísticas, memorialísticas, literárias e acadêmicas) se apropriam desse lugar simbólico e o reatualizam na memória oficial. Para Franklin “a Belém-Brasília foi o principal marco histórico-econômico da vida do município” (FRANKLYN 2008, p.86). A *Enciclopédia de Imperatriz*, espécie de compilação de textos e fontes sobre a cidade, do jornalista Edmilson Sanches (2002, p.166), sentencia que apesar de Imperatriz ter sido fundada em 1852 ela “foi “refundada” em 1960”, pois nessa década passou a condição de “beneficiária e vítima de um processo vertiginoso e desordenado de crescimento econômico.”

E nesse processo de (re)ordenamento do espaço surgiram novos núcleos. Açailândia emergiu no entorno do canteiro de obras dos trabalhadores da rodovia Belém Brasília, e foi desmembrada de Imperatriz em 1981. Os geógrafos Valverde e Dias (1967,

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

p.194, 194) chamam atenção para suas características de “hiléia amazônica”, com grandes “invernadas”, pobreza extrema, e, especialmente, como área de fronteira agrícola formada por “pequenos posseiros, que fazem lavouras de roças”, sobretudo, de arroz e de babaçu.

As diversas frentes de deslocamentos que foram se fixando no povoado dos açaiçais entre as décadas de 1960 e 1970 formaram grandes contingentes de força de trabalho na derrubada da reserva florestal e na construção de estradas que foram sendo criadas para facilitar o transporte da madeira como a BR-222, que ligava o vale do Pindaré a BR-010. Franklin (2008, p.147) ao falar do crescimento acelerado e desordenado desse período menciona como Açailândia cresceu em meio à exploração madeireira na região: “um sem-número de caminhões e dezenas de empresas madeireiras tomaram conta de sua paisagem.”

Os núcleos urbanos que antes se voltavam para as margens dos rios passam a se projetar na margem das rodovias e surgem como palco de intensas tensões sociais. Velho (1972; 2009) observa a existência de uma frente de expansão dita “espontânea”, sobretudo, de nordestinos pelas áreas de floresta no Oeste do Maranhão entre as décadas 1920 e 1950, o que teria constituído um *campesinato marginal* (predomínio da unidade familiar e da produção da lavoura de cereais), com feições completamente novas, pois separava o espaço de trabalho (os *centros* onde se localizava as roças e as *terras desocupadas*) dos de residência (as beiras dos rios), ocupando as terras de dentro da mata antes mesmo do aparecimento das estradas. Defende a hipótese de “que a decadência da exploração da borracha amazônica tenha estimulado o movimento nessa direção a partir de 1920” (VELHO, 1972, p.96).

Os conflitos agrários envolvendo posseiros, fazendeiros, grupos econômicos, populações indígenas e grileiros tornam-se a tônica das narrativas que reconfiguram o mapa simbólico desses lugares. A integração do oeste maranhense ao território nacional estimulou a demanda por terras e madeira gerando danos ambientais gravíssimos e o deslocamento de homens e mulheres para outras áreas de ocupação recente da Amazônia, abrindo-se no Maranhão uma nova fronteira agrícola, que durante décadas se manteve resguardada (MARTINS, 2011, p.25- 26).

### **2.2 Maranhão, Estado solução?**

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

José Sarney assume o governo Estadual (1966-1971), personalizando o projeto de um “Maranhão Novo”, que tinha como mote o discurso da superação do que denominara de “atraso” e decadência do Estado. A retórica desenvolvimentista do chamado “Maranhão Novo” se legitimou através do I Programa de Governo do Estado do Maranhão (1968) e da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) por meio da Lei nº 2979/69 de 17/07/69. Gonçalves (2000) destaca que o I PGEM constituiu o território maranhense entre a dualidade de ser ao mesmo tempo *região problema* e *região solução*, em que pese de um lado *o subdesenvolvimento do Estado*; e de outro *sua predisposição natural ao desenvolvimento*. A tendência de naturalizar o caminho do desenvolvimento e de criar a imagem do Estado como solução permitiu que o Maranhão fosse “reinventado pela definição de novas fronteiras que passam pela estruturação formal do mercado de terras” (GONÇALVES, 2000, p.174).

Nesse contexto, configura-se uma política de investimentos em transportes, construções portuárias e na modernização da estrutura fundiária. Em 1969 é criada a Lei Estadual de Terras nº 2.979 de 17/07/1969 e, posteriormente as Delegacias de Terras que visavam respectivamente reordenar e disciplinar a ocupação do espaço maranhense. A Lei Estadual de Terras, oportunizou a venda das terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios, podendo requerer cada um até três mil hectares. Ou seja, as ditas *terras livres*, que antes já eram ocupadas por trabalhadores pobres, passaram a ter valor de mercado e através dos incentivos governamentais incitaram o interesse de grupos empresariais do Nordeste e do Centro-sul do país (LUNA, 1984, p.42-43).

Victor Asselin destaca que a política governamental de Sarney estava em consonância com o governo federal, permitindo a criação de uma “reserva Estadual de Terras, pelo Decreto 3.831, de 06 de dezembro de 1968, e seus órgãos, as Delegacias de Terras, no interior do estado, ligadas à Secretaria da Agricultura (...). As delegacias não tiveram outro objetivo a não ser o de disciplinar a ocupação e o de titular as áreas” (ASSELIN, 1982, p.129). Embora, tenham sido criados os instrumentos de legalização da grilagem, as especulações de terras chegavam em 1969 com índices elevadíssimos e pressões diretamente proporcionais, na região central e oeste maranhense. Enfim, no contexto do final da década de 1960, a elite local, estava envolvida nos processos de

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

grilagem, dentro de uma aliança cada vez mais forte e mais ampla com os poderes do Estado e do país.

Com grandes áreas de terras devolutas, o oeste maranhense tornou-se atrativo para o estabelecimento das empresas agropecuaristas e de exploração e beneficiamento de madeira. Nesse contexto, a Amazônia maranhense constituiu-se em um rentável mercado de terras o que acarreta uma série de transformações das relações sociais no campo. Ao se instalarem na região, os conglomerados econômicos usufruíam dos incentivos governamentais, e no rastro dessa nova fronteira agrícola intensificava-se a prática da “grilagem” de terras, uma vez que foi legalizada a expropriação de trabalhadores rurais por grandes grupos agro-industriais privados nacionais e internacionais. Desse modo, a “Lei de Terras do Sarney” respaldava a privatização das terras e, excluía famílias rurais do acesso ao território (BARBOSA, 2008, p.264).

A conclusão do asfaltamento da Belém-Brasília (1974) e a imensa riqueza florestal que se estendia do Maranhão ao Pará estimularam a entrada desses novos agentes sociais na Amazônia maranhense, sobretudo investidores e empresários do sul e sudeste do país. Inicialmente a extração e a comercialização da madeira transformaram-se nas principais atividades econômicas da região, substituindo o que a literatura sobre a região chama de “ciclo do arroz.”

Num primeiro período, exportava-se a madeira em toras, transportada em caminhões abertos, ao mesmo tempo em que se instalavam no município dezenas de serrarias de pequeno e médio porte. Depois vieram as de grande potencial, que empregaram milhares de trabalhadores nas atividades industriais. Da paisagem da cidade passam a fazer parte indissociável as cargas de arroz e o caminhão madeireiro (FRANKLIN, 2008, p.147).

Nas palavras do escritor Livaldo Fregona, que migrou com a família do Espírito Santo para Imperatriz na década de 1980 no *boom* do grande negócio de terras e da extração da madeira: “o que atraiu grande número de pessoas de outros estados foram as nossas florestas: uma das mais ricas e de essências variadas da Pré-Amazônia”. Nesse contexto, espécies de grande valor comercial como mogno, ipê, cedro, sucupira, freijó, cerejeira, cumaru e maçaranduba foram amplamente negociadas nas inúmeras madeiras que se espalharam por Imperatriz e Açailândia. Fregona alega que (2002, p. 56-57) “podia-se contar até quatorze árvores grossas, estando num único ponto de observação[...] foi quando a febre da madeira explodiu desregradamente. Em poucos

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

anos, centenas de caminhões em constantes comboios supriam também as dezenas de serrarias que aumentavam mês a mês”.

O processo de derrubada das matas que se estendeu pela Amazônia oriental mobilizou centenas de trabalhadores ao longo das frentes de trabalho. Franklin (2008, p.116) sinaliza que Imperatriz recebia “diariamente dezenas de pessoas, de diversos pontos do país, na quase totalidade nordestinos. Muitos chegavam com a família. A cidade não possuía casas nem sequer alojamentos para abrigá-los.” Barros (1972, p.129) recorda que: “Do Nordeste chegavam caminhões cheinhos, tropas de jumentos também. Vinham todos sujos de poeira, trazendo mil e um cacarecos: baús, meninos, cabaças, papagaios.”

A Amazônia seria coordenada e palmilhada por instituições públicas que garantiriam assentamento de trabalhadores, sobretudo nordestinos, em várias frentes de trabalho abertas pelos Estados que compunham a Amazônia Legal. No Maranhão, a área definida para a implantação do projeto colonizador foi o território do Alto Turi, localizado no Noroeste do Maranhão, constituindo-se em modelo experimental de assentamento rural planejado e desenvolvido pela SUDENE a partir de 1962 (ARCANGELI, 1989; MANHÃES, 1987.) Com base nos relatórios oficiais a execução desse projeto de colonização tinha como meta o ordenamento territorial e a tentativa de conter as tensões sociais no campo. As metas eram a construção de estradas, a ordenação dos antigos ocupantes, apoio de logística aos médios e grandes empreendimentos agropecuários. Em decorrência dos frequentes conflitos pela posse de terras entre os antigos ocupantes e os ditos proprietários, oriundos do próprio estado ou de outras localidades em 1971 foi criada a Companhia Maranhense de Colonização - COMARCO – (Lei n.º 3.230), dentre seus objetivos incluíam a implantação dos projetos agropecuários (atraindo para o Maranhão grupos empresariais) e o assentamento de famílias camponesas.

Os projetos de desenvolvimento, com os incentivos financeiros do governo passaram a oferecer crédito para as empresas que se propusessem a estabelecer projetos econômicos na Amazônia, o que dificultou o processo de assentamento dos trabalhadores pobres. As formações discursivas que integravam a ideia-imagem de uma *terra sem homens* (Amazônia e seus ditos *espaços vazios*) com *homens sem terra* (Nordeste das secas e dos problemas agrários), foi uma das bases que deram legitimidade para as

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

intervenções federais. As estratégias governamentais que priorizavam as intervenções políticas, econômicas e sociais nas duas regiões sustentaram os investimentos públicos, visando o controle dos territórios, a classificação e delimitação do acesso à terra no Brasil.

No Maranhão a iniciativa federal orientou o Projeto Integrado de Colonização de Barra do Corda (PIC-BC) e a Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE). O PIC- BC coordenado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi estruturado em 1972, a meta era titular 3.000 famílias. A COLONE, criada em maio de 1972 e coordenada pela SUDENE até 1973, tinha contrato firmado com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e visava assentar cerca de 5.200 famílias numa área (de quase um milhão de hectares) (ALMEIDA; MOURÃO, 2017, 82-83).

O certo é que o movimento migratório se intensifica a partir de 1970, na vigência do regime civil-militar, no qual o projeto de integração nacional emerge em meio a um novo aparato político e econômico, com a criação (ou a reformulação) de novas instituições. A euforia desenvolvimentista que tomava conta do país o transforma em um imenso canteiro de obras, e nesse contexto, o governo federal buscou estabelecer e introduzir uma série de políticas de integração da Amazônia.

## **2.3 Surge o gigante de ferro: O Projeto Carajás**

Na década de 1980, novos agentes econômicos entram em cena na disputa pela ocupação da Amazônia maranhense. A descoberta de jazidas de minério na serra do Carajás (PA) no final da década de 1960 acentuou o interesse de grupos políticos e econômicos para o oeste do Maranhão. Em virtude da magnitude das reservas descobertas e considerando os interesses estratégicos do Estado brasileiro, o governo militar, através da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), associou-se à United States Steel e criou, em abril de 1970, a Amazônia Mineração S/A para explorar de minérios. Em 1977, ela acaba se retirando do projeto ficando o capital da Amazônia Mineração S/A integralmente pertencente à CVRD, que, já em 1978, iniciou as obras de implantação do Projeto Ferro Carajás (PFC). Desde então, o projeto foi executado como prioridade de governo, e, em 1985, ela começou a exportar minério de ferro.

O Programa Grande Carajás (PGC) visava à exploração mineral de Carajás e envolvia áreas territoriais nos Estados do Pará, Maranhão e atual Tocantins. Na década de 1980 o uso da expressão “pré – Amazônia” para definir essa parte do Maranhão ganha

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

força entre grupos políticos, ao que parece trata-se de uma estratégia de redefinição do território a ideia/imagem de um “pré – bioma” ou “pré-floresta” amazônica. O dispositivo “Amazônia Legal” e o caráter fronteiro da região, que em décadas anteriores foi posto em disputa com o objetivo de atrair recurso público permitiu que quase a totalidade do estado do Maranhão fosse considerado Amazônia – a partir das últimas décadas do século XX ganha novos significados. Essa tentativa de retirada do Maranhão do espaço amazônico e as mudanças na legislação ambiental garantia que os grupos econômicos precisavam para explorarem áreas florestadas sem sofrerem as sanções e penalidades de ordem jurídica e ambiental (RODRIGUES, 2016, p.60).

Ademais, a categoria “pré-amazônia” funcionava como estratégia para a exploração mineral na Amazônia, materializada no PGC. O que permitiu que a Estrada de Ferro Carajás atravessasse a Amazônia maranhense. Inaugurada em 1985 ela intensificou a instalação de vários empreendimentos ao longo do corredor de exportação numa área que cobre uma superfície de 32.242 quilômetros quadrados - faixa geográfica que se estende do oeste á parte litoral norte do Estado, o equivalente 890 km (dos quais 90 estão em território maranhense) (ALMEIDA, 2012).

Em “*Carajás: a guerra dos mapas*” (1993), o antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida faz um mapa temático dos problemas fundiários e sócio-ambientais que afetaram diretamente os que viviam em torno do PCG. Para Alfredo Wagner a delimitação da chamada “região do Carajás” exprime uma coalização de interesses que convertem esse território em um laboratório para iniciativas empresais diversas (ferrovias, núcleos urbanos planejados, projetos de colonização etc), enquanto os conflitos agrários e sociais são ignorados pelos planejadores oficiais.

Pode-se dizer que o PCG acarretou o crescimento urbano desordenado, a aceleração do desmatamento florestal, relações conflitivas no campo, condições de trabalhos degradantes e diversas outras formas de violência. O Maranhão e o Pará ocupam lugar de destaque entre os estados amazônicos como maior número de registros de conflitos de terra, envolvendo os chamados latifundiários e as populações de pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

A implantação de grandes projetos de desenvolvimento se tornou o atrativo para trabalhadores “migrantes”, principalmente do Nordeste, buscarem se fixar na região.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Entretanto, não houve uma política de Estado que possibilitasse as condições necessárias para a reprodução social desse campesinato nas novas áreas, criando-se ao mesmo tempo um excedente de mão de obra barata que, posteriormente, foi atender às demandas dos projetos de colonização (1970) ou modernização (1980), que foram implantados na Amazônia. Assim, no esforço de esquadrihar, classificar e controlar o espaço que compreende o oeste maranhense engendra-se uma série de enfrentamentos que de meados do século XX até hoje vem sendo travado sob a mira de grupos políticos que passam a interferir e demarcar as novas fronteiras internas com base em interesses estratégicos.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, A. W. B de. Antropologia dos Archivos da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Carajás: Guerra dos Mapas. Belém: Editora Falangola, 1994.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B.de; MOURÃO, Laís. Questões agrárias no Maranhão contemporâneo. Manaus: UEA, 2017

ANDRADE, Manuel Correia de. O Meio-Norte. In.: Paisagens e problemas do Brasil. 5ª edição rev. e atual. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 81-117.

ARCANGELI, Alberto. O Mito da Terra (Uma análise da colonização PréAmazônia maranhense). São Luís: UFMA/PPG/EDUFMA. 1987.

Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia do Instituto Nacional de Geografia e Estatística, nº 146, jan-fev, ano 26, de 1967.

BARBOSA, Zulene. Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. Tese de doutorado. São Paulo, PUC/SP, 2001.

BARROS, Edelvira M. M. Eu, Imperatriz. Goiânia: Rio Bonito, 1972.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

CARVALHO, Carlota. O Sertão. Subsídios para a história e geografia do Brasil. Imperatriz: Ética, 2000.

DE CERTEAU, Michael. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

- FOUCAULT, Michael. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Coleção Tópicos).
- FOUCAULT, Michael. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1979.
- FRANKLIN, Adalberto. Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2008.
- FRANKLIN, Adalberto. Breve história de Imperatriz. Imperatriz, MA: Ética, 2005 – (Série Ciências Humanas, v.1).
- FREGONA, Livaldo. A natureza que nos cerca. In ACADEMIA IMPERATRIZENSE DE LETRAS. Imperatriz: 150 anos. Imperatriz: AIL, 2002.
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. A reinvenção do Maranhão dinástico. São Luís: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia, território em movimento: vidas precárias. História Unisinos Vol. 21 Nº 1 - janeiro/abril de 2017.
- LOPES, Raimundo. Uma região tropical. Rio de Janeiro: Fon-fon e Seleta, 1970.
- LUNA, Regina. A terra era liberta. UFMA. São Luís. 1985.
- MANHÃES, Luis Carlos Siqueira. Educação e lutas sociais na Colonização Dirigida: o Alto Turi maranhense 1962-1984. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- MARTINS, Manoel de Jesus Barros. Operários da saudade: Os novos atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: Edufma, 2006.
- MARTINS, Marlúcia Bonifácio Martins; OLIVEIRA, Tadeu Gomes de. Amazônia Maranhense: Diversidade e Conservação. Belém: MPEG, 2011, p. 25-27.
- RODRIGUES, Jane Cavalcante. Conflitos agrários na Amazônia Maranhense: povoado de Nova Conquista (Zé Doca – MA) como expressão da intensificação de disputas territoriais. Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.
- SANCHES. Edmilson. Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos (1852-2002). Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.
- TROVÃO, José Ribamar. “Ilha” latifundiária na Amazônia Maranhense. Estudo da expansão da fronteira agrícola no Médio Vale do Pindaré: o caso de Santa Inês. São Luís, UFMA, PPPG, 1989.
- VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História**  
**Rio de Janeiro/RJ, 2021**